

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM GÊNERO E RAÇA: REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E SEUS IMPACTOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ALUNOS NO INTERIOR DO ESTADO DE SERGIPE

Liliádia da Silva Oliveira Barreto¹

Áurea Aragão Ferraz²

EIXO TEMÁTICO 11 – EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E PRÁTICAS EDUCATIVAS

RESUMO

Relato de experiência sobre a educação a distância na formação de profissionais, na área da gestão de políticas públicas com recorte em gênero e raça. Considerou-se o alcance da educação a distância e seus principais impactos na construção do saber. Estruturou-se na perspectiva de viabilizar a integração ensino – serviço - comunidade e contribuir com o processo de construção de novos perfis profissionais. Discute-se a formação acadêmica nesta modalidade de ensino, os limites e possibilidades na produção do conhecimento e de sua construção pedagógica. Tem como eixos da discussão, as novas tecnologias, a qualificação profissional permanente e a necessidade de disseminação do conhecimento e educação para todos como direito e dever do estado para com a sociedade, **considerando como cenário da experiência o NUPATI e o CESAD parceiros nesta construção.**

PALAVRAS-CHAVE: Educação a distância. Formação profissional. Gestão de Políticas Públicas. Gênero e Raça.

ABSTRACT

Experience report on distance education in the training of professionals in the area of Public Policy Management with cut in Gender and Race. Considered the scope of distance education and its major impacts in the construct of knowledge, it was structured in view to integrating teaching-service-community and contribute to the process of building new careers. It is discussed the academic training in this type of education, the limits and possibilities in the production of knowledge and its pedagogical construction. The axis of education are new technology, professional qualification and ongoing need for knowledge dissemination and education for all as a right, and as a duty of State towards the society considering the backdrop of the experience of NUPATI and CESAD partners in construction.

KEYWORDS: Distance education. Vocational training. Public Policy Management. Gender and Race.

¹ Mestre em Educação. Professora Assistente de Gestão Social e Política Social do Departamento de Serviço Social da UFS. Coordenadora do curso GPP-GER pelo CESAD/UFS. E-mail:liliadia.barreto@gmail.com

² Mestre em Letras. Coordenadora e professora de linguística do curso de Letras/FISE. Coordenadora do curso de Letras/Atlântico. Coordenadora de tutoria do curso GPP-GER pelo CESAD/UFS. E-mail:aureadearagao@gmail.com

1 O CONTEXTO E AS BASES CONCEITUAIS PARA A CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA

Sugere-se para contextualizar a análise do estudo proposto, o retrato do perfil sócio - histórico das Políticas Públicas de Educação no Brasil dos últimos 30 anos, ao apresentar um novo paradigma de formação profissional acadêmica com expressões significativas de mudanças no que se refere à concepção diferenciada de educação, que a coloca no patamar do direito universal e equânime quando é citada na Constituição Federal de 1988 no **art. 205** como direito de todos e dever do Estado para o pleno desenvolvimento da pessoa; seu preparo para o exercício da cidadania; sua qualificação para o trabalho e; insere como princípios básicos no art. 206, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; a garantia de padrão de qualidade; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber . Para regulamentar essa perspectiva da educação sobre novos patamares, a Lei nº 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) insere em seu art.1º que a educação deve, em seus processos formativos, abranger o mundo do trabalho e a prática social em seus processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Contexto que concebe educar além da educação escolar onde está colocada para ser discutida e difundida, deu significado e representatividade a toda sociedade contemporânea como expressão mais abrangente de seu sentido ao trazer princípios de universalização dos direitos de cidadania e de responsabilidade pública e estatal na provisão e financiamento dos serviços oferecidos. Representou, também, para toda sociedade brasileira, que as lutas travadas, especialmente as manifestações socioeducativas educativas que expressaram resultados postos nas leis citadas, serviram para definir um cenário de mudanças na organização e gestão da política de educação no Brasil, como as diferentes formas de se fazer educação e inserir sujeitos em diferentes modalidades de ensino.

O modelo educacional proposto apresenta o cenário destas transformações sócio-políticas e estruturais de funcionamento e pressupõe as mudanças presentes na Política de Educação Brasileira. Afasta-se de um sistema excludente, pautado no modelo mecânico de formação “escola para o trabalho” – os chamados modelos “do saber - fazer profissional”, limitados à formação de pessoas em níveis diferenciados pela condição socioeconômica para gerir e executar tarefas. Inclui, a partir de então, o sistema cujo modelo de gestão é mais

abrangente com vínculo direto de participação social de maior alcance, que tem seus princípios e diretrizes baseados na concepção de que o saber se faz sobre outros patamares que registram seu foco no “aprender a aprender”, teoria vigotskiana da qual a autora Teresa Cristina Rego faz a seguinte reflexão

Em síntese, nessa abordagem, o sujeito produtor de conhecimento não é um mero receptáculo que absorve e contempla o real nem o portador de verdades oriundas de um plano ideal; pelo contrário, é um sujeito ativo que em sua relação com o mundo, com seu objeto de estudo, reconstrói (no seu pensamento) este mundo. O conhecimento envolve sempre um fazer, um atuar do homem. (REGO,2012,p.98)

Para este cenário em mudanças a formação educacional da escola deve-se incluir mecanismos que estimulem a capacidade dos sujeitos “saber, saber-fazer e saber-ser”, o que exige das pessoas atitudes proativas como a capacidade de gestão de trabalho em equipes; dinamicidade no processo de produção; criatividade acrescida de persuasão; convencimento e competitividade; uso adequado de convívio tecnológico e de comunicação virtual ascendente; além da necessidade permanente de gerir mudanças e de mudar, constituindo assim o que se requer dos sujeitos – a competência produtiva que vai além da habilidade profissional e maturidade pessoal cujo processo as torna indissociáveis.

No âmbito escolar, a indissociabilidade da teoria/prática apresenta-se como uma prerrogativa necessária para dar resposta a essas transformações sociais, ao considerar que os sujeitos devem ser preparados para serem propositivos e não mero executores de tarefas.

O mercado de trabalho como cenário deste exercício tem exigido dos trabalhadores e pessoas consumidoras, em níveis cada vez mais complexos e diferenciados, a naturalização do uso de tecnologias de informação e comunicação mais abrangentes – elevando a inclusão ou exclusão dos sujeitos pela capacidade que estes desenvolvem em assimilar o uso destes recursos ou não. Torna-se necessário que pessoas em diferentes situações e condições socioeconômicas possam exercer o mesmo direito de acesso à educação escolar de qualidade, nos mesmos moldes que são oferecidos nos grandes centros urbanos e capitais. Isto revela também a necessidade de formar cidadãos para um mundo cuja nova ordem prevê o uso adequado da tecnologia, acesso à informação e convívio com diferentes culturas. Nesse contexto, há que se criar caminhos que estabeleçam o acesso ao conhecimento e construção dos saberes o que ratifica a compreensão de se elaborar políticas públicas que atendam a esta realidade em ascensão.

Isto posto, na prática de um país com dimensões geográficas como o Brasil, torna-se um desafio ao tempo que se constitui em uma grande possibilidade, se consideradas as

dificuldades que pessoas em diferentes regiões do país encontram para ter acesso ao mínimo de educação escolar exigida. É obrigação do estado oferecer o ensino fundamental na gestão municipal e o ensino médio na gestão estadual. A inclusão tecnológica no ensino é hoje uma realidade que responde à necessidade de mercado e, portanto, de interesse do Estado. Nesse sentido, descreve a LDB/1996, no art. 80, o interesse do Poder Público no incentivo e desenvolvimento de programas de ensino a distância, em todos os níveis. Insere, LDB, no § 1º, que a educação a distância deve ser organizada com abertura e regime especiais e oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União. Atualmente, a EAD está regulamentada pelo [Decreto nº 5.622](#), de 19 de dezembro de 2005, que determina os procedimentos de regulação e avaliação da educação na modalidade a distância. Sua característica principal está centrada na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizam tecnologias de comunicação. Entretanto, ao considerar os avanços da lei e o alcance tecnológico que podem possibilitar a inclusão socioeducativa dos diferentes sujeitos, também se percebe os limites destes avanços na inclusão tecnológica de sujeitos limitados à condição de desníveis escolares presentes no Brasil. Pauta-se como grande desafio encontrar o equilíbrio entre o discurso legal e a efetivação do direito quando se pensa em garantir o acesso e igualmente a qualidade do serviço educacional proposto.

O modelo de educação a distância redefine o perfil da escola historicamente construída de forma linear e, sistematicamente trabalhada para a formação profissional do fazer, organiza-se para dar respostas aos anseios e determinações legais existentes pelo uso da tecnologia que estreita territórios e aproxima pessoas, possibilita a troca de saberes. Embora sua característica principal seja possibilitar a garantia do acesso pela via tecnológica, esta representa o ponto de limite operacional. Observa-se que o acesso das pessoas se configura nos desníveis de acessibilidade e conhecimento das ferramentas virtuais. Soma-se a isto, a resistência à mudança e a cultura do ensino presencial representando os limites e as possibilidades desta alternativa.

2 O CENÁRIO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA – CESAD e NUPATI

A nova plataforma política gestada contemporaneamente pelo influxo de diferentes segmentos discriminados aportam novos e essenciais insumos para a construção de uma sociedade substantivamente democrática e socialmente justa. A questão política que decorre desse posicionamento se estrutura sob diferentes olhares e, nela não se pode deixar de

considerar a realidade pirâmide populacional do Brasil que registra um processo de envelhecimento em vias largas. Sobre isto, FREITAS (2006) sinaliza um rápido aumento do número de idosos no Brasil considerando a estimativa do IBGE (2005) retratando este crescimento para 2025, equivalente a 15% do total de habitantes, correspondendo aproximadamente a 30 milhões de pessoas. Inclui-se daí a necessidade de um posicionamento do estado e de suas políticas públicas que respondam aos anseios destes diferentes segmentos e novos comportamentos que subsidiem relações sociais de inclusão por diferentes vias e que nestas sejam reconhecidas possibilidades para todos. Neste cenário em mudança que descreve e discute todas as diferenças e formas de inclusão social pela via do acesso e do conhecimento proporcionou o despertar do Núcleo de Pesquisa e Ações da Terceira Idade (NUPATI) a se inserir e concorrer no Processo Seletivo Edital nº 28 de 24 de novembro de 2009 para trazer à Universidade Federal de Sergipe(UFS) uma proposta de curso lato sensu a distância que pudesse discutir no âmbito da formação escolar temas presentes de discriminação social a exemplo do que se tem hoje discutido sobre gênero e raça. Considerou como eixo norteador, a realidade de que nossa população está envelhecendo e, processos discriminatórios vistos são agravados ao ser considerado a velhice como elemento de inserção neste processo.

Reconhece-se que a exigência do combate às diferenças, à discriminação racial e aos privilégios que estes mecanismos instituem seja tomada como elemento estrutural do ideário democrático; um imperativo ético e político que reflita os anseios coletivos da luta por melhores condições de acesso e garantia de qualidade. Neste cenário, entende também que a luta travada por estes segmentos também é uma conquista que deve ser travada por órgãos públicos que discutem e trabalham com ações sob diferentes enfoques que deságum na realidade da velhice.

Nesse sentido, somando esforços na luta pela inclusão social e contra a discriminação é que o NUPATI, órgão diretamente ligado à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários – PROEX/UFS responsável pelos trabalhos desenvolvidos com a população idosa de nosso estado e de representação da UFS propôs mais uma ação de interação com o processo de inclusão social pela via da educação. Inovou no sentido de considerar a educação a distância e os desafios desta proposta quanto ao alcance tecnológico da aprendizagem. É certo que o desafio de realizar um curso de especialização se valeu pela sua experiência na área, como também, de sua percepção sobre a realidade da mulher idosa e negra do estado de

Sergipe como protagonista de uma história que deve pela via da educação contrapor-se ao convívio com a discriminação e opressão à sua condição de ser negra, mulher e idosa.

Ao longo de sua existência, o NUPATI tem alcançado relevantes resultados, com destaque para o Projeto Universidade Aberta à Terceira Idade – UNATISE, criado na Universidade Federal de Sergipe pela Portaria nº 906 de dezembro de 2002 com o objetivo de proporcionar inclusão das pessoas na terceira idade na UFS, estimulando suas atividades intelectuais, culturais, artísticas e técnico-científicas, bem como a promoção e valorização do idoso na comunidade como cidadão.

Em continuidade às ações já desenvolvidas, o Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas com foco no Gênero e Raça se somou a mais uma experiência de formação lato sensu desenvolvida pelo Núcleo e, propôs na diversidade mais uma construção do saber e de sua propagação no campo da produção do conhecimento. Para dar suporte tecnológico o Centro de Educação de Ensino a Distância (CESAD) tornou-se parceiro na implementação da proposta por seu reconhecimento no campo do saber da inovações tecnológicas e às experiências de sua iniciativa pedagógica no âmbito da modalidade semipresencial e a distância.

Conforme projeto pedagógico do curso – GPP – GeR (2011/2013) O CESAD possui experiências consolidadas na expansão e interiorização de cursos, através do Programa de Qualificação Docente (PQD), em convênio com o Governo do Estado de Sergipe, e com a criação de campi em alguns municípios sergipanos. Neste sentido, é sabido que a UFS vem assumindo uma política de democratização do acesso ao ensino superior, aliada à preocupação com a qualidade da formação que oferece. No âmbito da Educação a Distância (EAD), é o CESAD o representante da instituição que acumula algumas experiências: criação do Núcleo de Comunicação e Educação (NUCE), em 1996; criação da Coordenadoria de Educação a Distância (CEAD), no Departamento de Educação, em 1998; e, em parceria com a Universidade Aberta e a Distância do Brasil (UNIREDE) e a Secretaria de Educação do Estado de Sergipe (SEED), foi ofertado o Curso TV Escola e os Desafios de Hoje, que atendeu cerca de 3000 alunos. Atualmente, oferece cursos de Multimídia em Educação em parceria com o Governo do Estado e municípios sergipanos e vem inovando sua participação na área ampliando seus recursos para atender cursos de graduação e de pós-graduação a exemplo da proposta do GPP - GeR. Com a criação do CESAD, foram institucionalizados pólos regionais de ensino de graduação a distância em alguns municípios do interior do Estado de Sergipe. No ano de 2007, foram contemplados os municípios de Arauá, Areia

Branca, Brejo Grande, Estância, Japarutuba, Laranjeiras, Poço Verde, Porto da Folha e São Domingos. Estes pólos subsidiam o contato de apoio presencial e oferece ao aluno de EAD maior facilidade de acesso às tecnologias da informação e da comunicação em laboratórios mais próximos de sua moradia, garantido, assim, mais interação com os tutores, professores, equipes de EAD e colegas de curso. Esta iniciativa, proporcionou a ampliação e o alcance da aprendizagem e, hoje é uma realidade o ensino a distância na graduação e na pós graduação contando com aproximadamente xx curso de graduação e xx de pós-graduação.

Essa iniciativa proporcionou a ampliação e o alcance da aprendizagem e, hoje é uma realidade o ensino a distância na graduação e na pós-graduação dentro dos espaços educacionais de aprendizagem da UFS sejam eles em polos de apoio ao aluno do ensino a distância ou observados o convívio nos ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) que se inserem na plataforma – espaço de discussão e produção do conhecimento. A proposta é garantir o processo pessoal de construção da aprendizagem no desenvolvimento de habilidades, competências, atitudes e valores necessários à formação profissional e vida pessoal. Além disso, com o CESAD, uma considerável parcela da população sergipana à margem da educação superior, principalmente pela distância que se encontra da capital ou dos campi situados no interior do estado como também pela incompatibilidade de horário com as aulas do ensino presencial, passa a ter acesso ao ensino superior de qualidade tão característico da UFS. Portanto, o CESAD favorece este processo de inclusão sem deslocá-los dos seus municípios. E ainda, atua decisivamente na formação de professores, o que vem a preencher esta lacuna no âmbito do interior do Estado de Sergipe.

Convém destacar que o aluno que ingressa através do CESAD é um aluno regular da Universidade Federal de Sergipe, com a particularidade de realizar vestibular em seu próprio município e de participar das aulas através de um ambiente virtual de aprendizagem cujo acesso, também, é realizado no polo. Assim, seu diploma é expedido e validado da mesma forma que os alunos presenciais da instituição. Acima de tudo, o aluno CESAD é um aluno da UFS. Por isso, é aplicada aos cursos oferecidos pelo CESAD a mesma qualidade de seus cursos presenciais, assim como os mesmos rigores acadêmicos, inclusive no tocante à avaliação da aprendizagem.

O CESAD é uma iniciativa ousada e inovadora da UFS e, a implementação de seus e projetos enfrenta várias dificuldades decorrentes de uma ação desta magnitude. Entretanto, a soma de esforços dos gestores da UFS, da equipe administrativa do CESAD, das prefeituras

municipais, do Governo do Estado e do Governo Federal vem avançando no enfrentamento destes desafios.

3 RELATO DE EXPERIÊNCIA NA UFS: ESPECIALIZAÇÃO A DISTÂNCIA - GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM GÊNERO E RAÇA

Este trabalho tem sua origem na realização do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas com foco em Gênero e Raça realizado na modalidade a distância, firmado pelo convênio entre o Ministério da Educação (MEC) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB) em parceria com Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) realizado pelo Centro de Educação Superior a Distância da Universidade Federal de Sergipe (CESAD/UFS) e o Núcleo de Pesquisa e Ações da Terceira Idade (NUPATI) conforme Termo de Cooperação nº 706/2010, celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE) e a UFS. Justifica-se a escolha com base nas prerrogativas do Projeto enviado pelo edital nº 28 de 24 de novembro de 2009/MEC/SECADI e, aprovada sua realização foi executado o proposto entre os anos de 2011/2013. Este curso é uma proposta construída pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Universidade Aberta do Brasil (UAB), em parceria com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (MEC), o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM).

Ressalta – se que a proposta apresentada e aprovada foi submetida a um processo de avaliação interna pela Coordenação de Pós – Graduação (COPGD) que tomou como base a Resolução Nº 49/2002/CONEP/UFS que aprova reformulação das Normas de Pós-Graduação da UFS e, somente após, reformulado o Projeto Pedagógico adaptado aos termos desta resolução, o mesmo foi submetido a um novo parecer pela Comissão de Pós Graduação para que pudesse ser efetivamente executado sua proposta na instituição.

O Curso tem caráter totalmente gratuito com abertura de vagas para 700 alunos distribuídos em 35 vagas por turma de alunos e até 03 (três) turmas em cada polo de aprendizagem que se encontram localizados no interior do estado de Sergipe, a saber: Arauá, Carira, Estância, Japarutuba, Laranjeiras, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Glória,

Lagarto (Colônia 13) e Propriá. As instalações de apoio didático- pedagógico destes polos são de responsabilidade do CESAD/UFS. Neles, os estudantes têm computadores com acesso à internet e a presença de um tutor presencial responsável por acompanhá-los e orientá-los na utilização do espaço de aprendizagem.

Conforme proposta elaborada pelo Projeto Aprovado no edital nº 28 de 24 de novembro de 2009 para iniciar em 2011

[...] o curso se pauta em princípios pedagógicos discutidos em consonância com os ideais de Paulo Freire por uma educação transformadora. O modelo pedagógico está baseado na autonomia do/a cursista, na aprendizagem cooperativa e no desenvolvimento de competências. Por autonomia entende-se a capacidade de apropriar-se conscientemente dos novos conhecimentos de maneira a integrá-los aos antigos, estabelecendo novas relações colaterais (dos subsistemas entre si) e hierárquicas (dos subsistemas com os supra - sistemas que os englobam) e, assim, fazendo das novas construções o trampolim para galgar níveis mais complexos de conhecimento tanto teórico quanto prático. O curso visa o desenvolvimento de competências, que significa a mobilização dos conhecimentos, valores e atitudes que o indivíduo possui para desenvolver respostas inéditas, criativas e eficazes para problemas novos, ou seja, a capacidade de encontrar recursos, no momento e na forma adequada, para que se possa enfrentar uma determinada situação. Assim, o planejamento e a organização das atividades permitiram que, ao final do curso, o/a cursista tenha construído um conhecimento sólido em relação às questões de gênero e raça e possa desenvolver competências para aperfeiçoar seu papel como gestor/a nas organizações que atua. (MEC/SECADI, p.7-8).

Para a execução do Curso de GPP – GeR o trabalho foi proposto e, se desenvolveu sob 04(quatro) etapas, a saber:

Etapa I - Capacitação tecnológica e pedagógica do ensino a distância: nesta fase professores, tutores e alunos foram orientados de forma presencial sobre a dinâmica do curso e sua metodologia de desenvolvimento. Para professores e tutores foi oferecido um curso de capacitação tecnológica específico para uso de ferramentas do AVA e, de orientação quanto ao acompanhamento do aluno e programa de ensino nos moldes previstos na proposta do projeto aprovado. Para os alunos, primeiramente foi realizada uma aula inaugural de forma presencial, na qual estes foram orientados de como ter acesso ao ambiente virtual de aprendizagem e de como deveria ser a conduta de acompanhamento em relação às atividades propostas, ressaltando sobre a importância da disciplina e cumprimento de todas as atividades de avaliação e acompanhamento do curso em tempo programado, seguindo um cronograma disponibilizado na plataforma. Após este momento, também foi disponibilizado no AVA um módulo denominado de ambientação no qual o aluno foi levado a conhecer o sistema antes de

começar o curso, se ambientar e verificar possíveis dificuldades do uso da máquina e, procurar junto à coordenação do curso apoio pedagógico e tecnológico procedente.

Etapa II - Módulos Teóricos: nesta fase do curso, as atividades foram programadas em 06(seis) módulos com duração média de 60h cada um deles. Para cada módulo trabalhado havia um professor orientador e um tutor por turma, material didático impresso e virtual disponibilizado para facilitar a aprendizagem do aluno e, ao final, o mesmo era chamado a produzir um plano de ação (PA), ocasião também em que era avaliado. Ao final de cada módulo o aluno participava de uma oficina presencial na qual era acompanhado sobre a orientação do trabalho final e condução do módulo posterior.

Etapa III – Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): este momento iniciou-se com uma oficina de orientação sobre metodologia da pesquisa científica na qual o aluno foi orientado de como elaborar um projeto de pesquisa. Com base neste projeto, o discente sob orientação pedagógica de um professor orientador e um tutor a distância foi levado a construir um artigo vinculado ao tema proposto do curso. Para realização desta atividade o aluno foi acompanhado pela plataforma e, o professor orientador além da orientação virtual também disponibilizava encontros presenciais conforme a necessidade do grupo de alunos.

Etapa IV – Apresentação e Avaliação do Trabalho Científico por Banca Examinadora: Este momento representou a culminância do curso e ocorreu de forma presencial. Após a conclusão de construção do artigo científico aluno apresentava o artigo produzido e era avaliado por banca examinadora composta por três professores, a saber: o professor orientador, um professor representante do curso e um professor convidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral, pode ser observado que o curso, em seu desenvolvimento, ocorreu de forma a atender ao objetivo proposto de formar um profissional aberto a atualização permanente, capaz de aprender autonomamente e de integrar vários campos do conhecimento, com habilidade para unir teoria e prática, com iniciativa para enfrentar e resolver problemas e com capacidade de trabalhar em equipe.

Entende-se que o processo ensino – aprendizagem é sempre um momento delicado de construção e a produção do saber envolve nuances diferenciadas a cada realidade trabalhada. Percebe-se que o sucesso de um trabalho pedagógico seja ele presencial ou a distância requer

envolvimento das partes com comprometimento de suas funções no processo e, responsabilidade para assumir os seus papéis no desenvolvimento do curso. Reconhece-se que as falhas ocorridas não podem ser dirigidas a uma única parte ou sujeitos envolvidos, mas, se justifica na construção, oportunidades e desafios enfrentados a cada momento configurando-se dentro de um contexto de possibilidades, limites e desafios.

Um curso virtual é uma proposta inovadora e desafiadora e como tal ao tempo que se percebe ampla aceitação populacional pelo alcance proporcionado, especialmente num país com as dimensões do Brasil. Também, se percebe a resistência pela mudança do modelo tradicional. Esta resistência carrega em si comodismo, medo e insegurança, incompatibilidade tecnológica elevando o grau de complexidade dos problemas que venham a surgir no processo. No decorrer do curso foram observadas dificuldades relacionadas a diferentes aspectos tecnológicos, de relacionamento virtual e de aprendizagem, especialmente referente ao uso da plataforma e manuseio das ferramentas do ambiente virtual como chats e fóruns. A percepção é de que dificuldades tratadas no processo foram procedentes da incipiência dos sujeitos sociais envolvidos no processo como também do próprio setor de tecnologia que no percurso procurou aprimorar e capacitar pessoas para melhor atender aos anseios tecnológicos procedentes.

Observou – se também que somente a partir da segunda etapa do curso é que a plataforma se apresentou melhor estruturada, especialmente com relação a paginação didática e os acessos de comunicação. As orientações se tornaram mais claras e de fácil manuseio o que favoreceu um desenvolvimento melhor das atividades propostas. Entretanto, também, pode ser observado que o avanço da tecnologia não acompanhou com a mesma velocidade a capacidade dos sujeitos assimilarem e responderem ao seu manuseio com a mesma intensidade no processo. Alunos e professores se queixam e expressam continuamente incompatibilidade desta convivência pela falta do convívio presencial como elemento básico das dificuldades apresentadas e de sua resistência ao modelo. Além disso, o uso da máquina como instrumento pedagógico do exercício de ensino /aprendizagem requer intimidade do professor com o AVA e do aluno determinação e disciplina como requisitos primordiais para o sucesso e conclusão das atividades propostas. Do professor se esperou o cuidado na elaboração de uma sistemática de acompanhamento ao aluno que incluísse além do conteúdo, um exercício contínuo de motivação e estímulo através do uso de recursos tecnológicos presentes no ambiente virtual o que implica uso contínuo dos recursos disponíveis na plataforma e pouco utilizados ou subutilizados. Com relação ao aluno se observou a

construção de uma cultura de que o ensino a distância favorece estudar em horários flexíveis muitas vezes confundido com a ideia do deixar para mais tarde, refletindo no resultado final a dificuldades para cumprimento de prazos e abandono ao curso para aqueles que não sistematizaram um horário de acompanhamento virtual com disciplina de acompanhamento planejado. Muitos alunos e professores elogiam a iniciativa da UFS em proporcionar acesso ao conhecimento em regiões mais distantes, oportunidade esta que referencia a legislação no que se refere à inclusão social pela via da educação escolar de qualidade.

Observou – se que o uso da tecnologia, especialmente vinculado ao manuseio dos instrumentos provoca sentimentos de contradição em sua concepção e percepção. Em alguns causa desconforto, insegurança e inquietação em outros euforia, credibilidade e conforto, ao mesmo tempo promovem acessibilidade e credibilidade de alcance. Os recursos disponíveis na internet, através de hipertextos e interatividade foram atividades desenvolvidas para possibilitar a aprendizagem dos alunos assim como a prática pedagógica do professor . Dessa forma, pretendeu-se a integração dos gestores do processo de maneira só lida.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. art. 205, Brasília: Senado, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.
- FREITAS, Elisabete Viana de. **Demografia e Epidemiologia do Conhecimento in PY**, Lígia; **PACHECO**, Jaime Lizandro e Outros (org.). Tempo de Envelhecer: percursos e dimensões psicossociais. 2ª Ed. Editora Setembro. Holambra/SP, 2006.
- MARCHESI, Álvaro e MARTIN, Elena. **Qualidade do Ensino em Tempos de Mudança**. Trad. Fátima Murad. Editora Artmed. Porto Alegre/RS, 2003.
- MEC/SECADI. **Curso de especialização em Gestão de Políticas Públicas com foco em Gênero e Raça**. Edital nº 28 de 24 de novembro de 2009.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Políticas Públicas e Promoção da Igualdade**. Livro de conteúdo 1. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília:SPM,2009.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Políticas Públicas e Gênero**. Livro de conteúdo 2. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília:SPM,2009.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Políticas Públicas e Raça**. Livro de conteúdo 3. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília:SPM,2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de conteúdo 4. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília:SPM,2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A transversalidade de gênero e raça na gestão pública**. Livro de conteúdo 5. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília:SPM,2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Metodologia de projetos de pesquisa e de intervenção**. Livro de conteúdo 6. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília:SPM,2009.

NEVES, Ricardo. **O Novo Mundo Digital**: você está nele – oportunidades,ameaças e as mudanças que estamos vivendo. Editora Relume Dumará. Rio de Janeiro/RJ, 2007.

REGO, Teresa C. **Vygotsky**: uma perspectiva Histórico-Cultural da Educação. 23. ed. Petrópolis: Editora Vozes 2012. v. 1.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo, Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.